

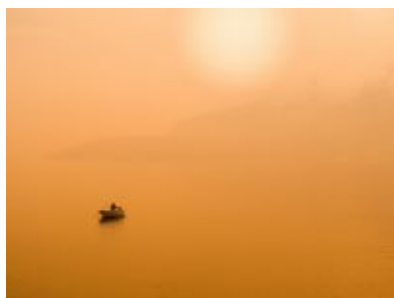


[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Cuidar

AN Original - Alice Comenta

- Qual foi o pior momento desde que cuidas das mães? (silêncio)-
Naquele fim de tarde quando a mãezinha já não conseguiu chegar
a tempo à casa de banho e fez chichi pelas pernas abaixo, e
chorou. Eu chorei(...)
Por Teresa Cunha



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Derrota de los débiles, condición de paz

AN Original

Pacificar supone establecer la paz en los lugares y tiempos en los
que antes habitaba la guerra.
Por Farit Rojas T.



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

A queda de Ícaro à brasileira

AN Original

Quando Ícaro recebeu de seu pai Dédalo um par de asas presas
em suas costas por ceras, ele pode experimentar a liberdade de
voar. Porém bem sabia que não poderia voar próximo ao sol sob
pena de ver derretidos(...)
Por Rafael dos Santos da Silva



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Patrimônio Biocultural e resistência anticolonialista: os Xukuru do Ororubá, no Nordeste brasileiro

AN Original

Fonte: Iran Xukuru

Por Marina de Sá Costa Lima



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

¿Quién le debe a quién?

Manifiesto de desobediencia financiera

AN Original

1. La pandemia ha acelerado la crisis planetaria. La amenaza a la
vida se expande, evidenciando políticas destructivas que llevan
muchos años. Sin embargo, queremos señalar que hoy es la
deuda la verdadera plaga(...)

Por Silvia Federici, Verónica Gago, Luci Cavallero



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Um Brasil para americano ler

AN Original

Deu no New York Times é uma expressão bastante conhecida no
Brasil para dizer que uma notícia deve ser importante ou
verdadeira.
Por Nadejda Marques



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

La pandemia, el dinosaurio y un futuro incierto

AN Original

Nuestra región se encuentra bajo fuego. Desde Haití hasta Chile
podemos dibujar un mapa de focos de calor de diversa intensidad
que nos hablan del descontento social en tiempos de pandemia y
de la debilidad(...)

Por Lourdes Montero



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#)

¡Cuba necesita que levanten el bloqueo ahora!

CubaInformacion

Comité Internacional: Paz, Justicia y Dignidad a los Pueblos.- De
forma oportunista y perversa se intenta desde las redes sociales y
espacios digitales llamar veladamente a la «intervención
humanitaria a Cuba»(...)



 Facebook

 Twitter

 YouTube

 RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

Cuidar

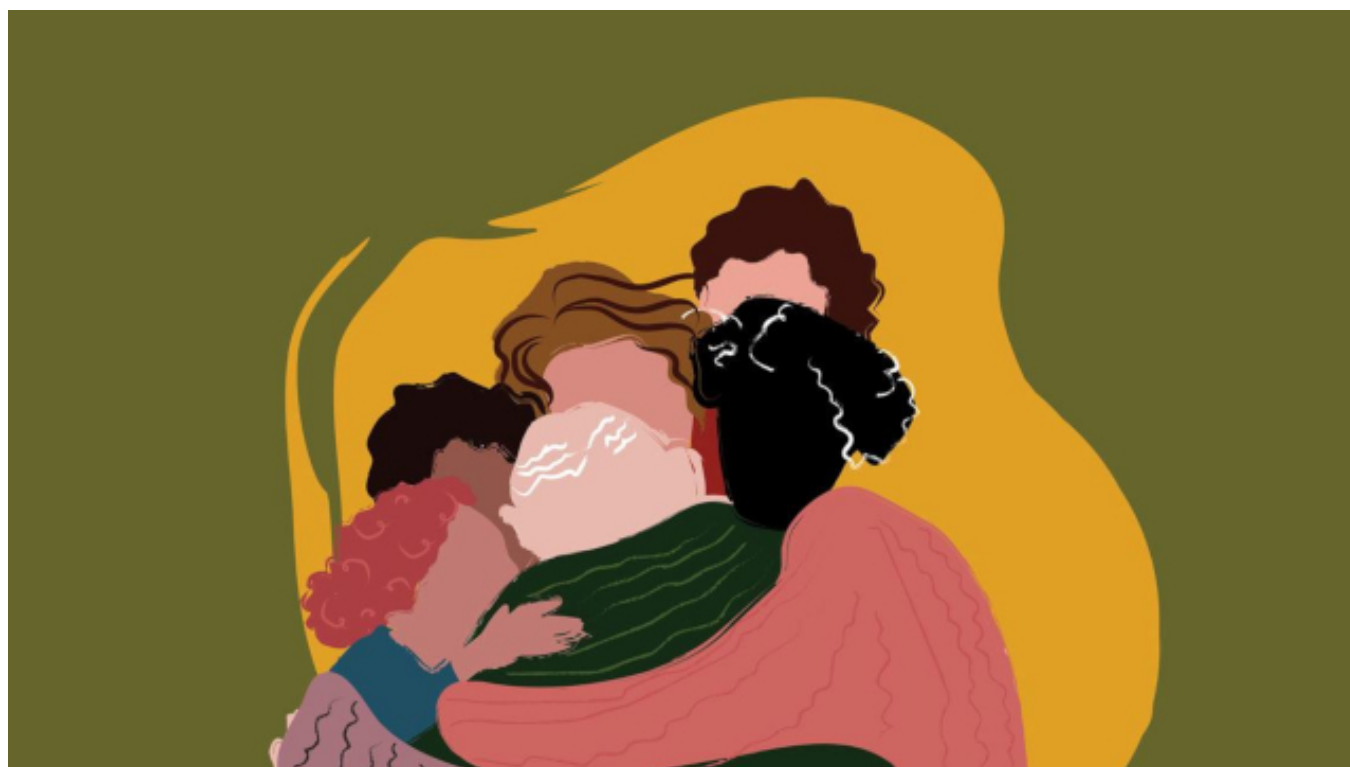
AN Original - Alice Comenta

2021-09-14

Por Teresa Cunha

- Qual foi o pior momento desde que cuidas das mães?
(silêncio)

- Naquele fim de tarde quando a mãezinha já não conseguiu chegar a tempo à casa de banho e fez chichi pelas pernas abaixo, e chorou. Eu chorei também e percebi que tinha chegado o momento de cuidar para que ela nunca mais chorasse por fazer chichi pelas pernas abaixo.
(silêncio)



Linoca Souza

A pandemia trouxe a necessidade de falar do cuidado, dos cuidados. Parece que quase de repente, toda a gente entendeu quanto a vida e os cuidados são fundamentais e estão no cerne, na seiva das sociedades e são condição da nossa existência.

A hipertrofia das reflexões, publicações e das notícias sobre o cuidado, diga-se que principalmente sobre os cuidados de saúde por causa da infecção COVID-19, revelaram uma parte, também muito importante, do que está em causa. No entanto, e ao mesmo tempo, foram subsumidos na retórica sanitária colonizada pelas metáforas bélicas, os mundos dos cuidados que sustentam a vida em todas as suas formas e que, afinal, são os alicerces sem os quais tudo mais se arriscaria a tornar-se incapaz de chegar a tempo de fazer chichi na sanita com conforto, asseio e sem medo.

Arriscar pensar para além disso e colocar em cima da mesa o tudo que fica escondido, e novamente desvalorizado, é o que nos move; para que nada fique como dantes e para que se perceba que aquilo a que se chama, sem cautelas, a volta ao ‘normal’ é uma relação defeituosa e perigosa que nos está a levar a uma guerra sem fim à vista da qual todxs sairemos mortxs.

A ética reacionária do cuidado que servido para justificar e manter a subalternidade das mulheres, a acumulação de dinheiro, poder e autoridade por parte de uma pequena elite, e o desprezo pela diversidade da vida. Essa forma de entender os cuidados inferioriza, desqualifica, estigmatiza todos os trabalhos implicados nele - e que são maioritariamente realizados por mulheres - que passam a ser considerados subsidiários, residuais e improdutivos. Não só expulsa o cuidado da política e da economia como também reduz os conhecimentos e competências imaginados, construídos e transmitidos a partir das experiências diversas das cuidadoras - e alguns cuidadores - à impertinência e irrelevância. O desprezo a que foram votados os conhecimentos gerados pelos cuidados, ridicularizando-os e remetendo-os para ‘coisas de mulheres’ tem permitido criar uma hierarquia epistemológica que acompanha a desvalorização política do cuidado tanto nas suas dimensões sociais quanto ecológicas e ontológicas. Os cuidados são ininterruptos, são exigentes, obrigam a uma resistência permanente à frustração; exigem concentração, criatividade, força, coragem, paciência, persistência e amorosidade. São para todxs e por todxs.

Em período de pandemia pelo novo Coronavírus a mais insurgente das reflexões é afirmar que a economia, que não está nem aquém nem além da vida, não parou. Ao contrário, as economias que produzem a vida incessantemente, as economias dos cuidados, estão a funcionar na sua máxima capacidade para proteger, alimentar, abrigar, curar, produzir alimentos, limpar, apoiar e amar. Contra-a-corrente da ideia de mais uma recessão económica global, há que espalhar a notícia de que as economias dos cuidados estão em marcha, ainda que muitas vezes, silenciadas, desprezadas e fragilizadas. Apesar de tudo elas permanecem, acintosamente, presentes nos nossos dias criando alternativas e dando-nos os sinais que precisamos para buscar alternativas que nos podem salvar agora e no futuro.

A partir das epistemologias do Sul (Santos, 2018) eu escolho o conceito de artesanania para pensar uma ética feminista do cuidado contra-a-corrente capitalista, colonial e patriarcal. A artesanania é quase sempre pensada como uma espécie de sobrevivência do arcaico, do derivativo e da micro-escala. A artesã é a pessoa que não consegue entrar no mercado de trabalho ou na lógica de trabalho industrial e/ou tecnológico. Portanto tem um défice de capacidade ou faltaram-lhe as oportunidades; ou ainda, a artesã é aquela que escolhe um estilo de vida alternativo, portanto, subsidiário do que é principal ou tido como o normal.

Defendo que a artesanania é acção criativa e imaginativa sobre o mundo. São práticas não segmentadas que buscam resolver problemas ou reinventar contextos e lugares onde a vida tem lugar. A artesanania é um modo complexo de aprender e ensinar, onde a repetição e a inovação são partes inteiras do processo, não uma dicotomia. O conceito de repetição tem virtualidades importantes pois é com a repetição que se consegue afinar, criar precisão, mas não existe para eliminar as singularidades que cada processo de criação exige. A repetição, é uma outra economia do rigor que é obtida pela cuidadosa consideração da contingência dos materiais, pelo impulso criativo de quem pratica, pelo contexto, pelos recursos de tempo e espaço disponíveis. Por seu lado, a inovação não é o outro lado da repetição é o mais além, o imprescritível que a imaginação garante. É uma forma de sentir-saber-fazer que se realiza em singularidades semelhantes, mas que forma, a cada momento, novas teias de sentidos, usos, formas, horizontes, conhecimentos e tecnologias.

O trabalho e o pensamento artesanal implicam, pois, continuidades, articulações, co-responsabilidades entre actividades e entre as pessoas que as desenvolvem. A complexidade prevalece desde o acto de pensar, conceber, criar e devolver para a comunidade o que todos estes processos geram e alimentam. Trata-se, pois de um sentir-saber-fazer que não se pensa em abstracto ou desencarnado dos corpos-territórios que o materializam. É uma relação diferente com o tempo em que o que vem de longe é a segurança do que já se sabe e já se tem e que permite avançar com alguma confiança para o que ainda está para vir e por se fazer. Daí que a artesanania envolve não um tempo lento, mas um tempo com tempo no qual várias gerações de protagonistas, saberes e tecnologias são integrados num processo de co-criação e onde a assunção das raízes não limita as suas escolhas. Ao contrário da divisão sexual do trabalho capitalista, colonial e patriarcal que separa os tempos, os lugares e as escalas criando redutos de dominação onde é difícil resistir ao e no isolamento, este conceito de artesanania, enfrenta essa lógica propondo-se unir, elaborar continuidades, que não são imobilidades, mas sim transformações contextualizadas e significantes e onde as reciprocidades não simétricas são partes constitutivas.

Esta racionalidade artesanal dialoga com as entidades ch'ixis 'que não são pretas ou brancas, são as duas ao mesmo tempo como afirma Silvia Cusicanquí (2018). Mas estas entidades ch'ixis, o múltiplo constitutivo de cada uma, não são inertes ou estáticas, mas relações orientadas para produzir calor, afectos, laços, encontros. Nesse sentido, a micro-política do quotidiano, onde a artesanania tem o seu maior lugar é valorizada, entendida como a criação de redes construídas através de diversas comunicações onde as afinidades inspiram outras sabedorias feministas. Por isso, o pensamento artesanal além de ser uma entidade ch'ixi convida-nos a repensar o político para além do dilema entre o micro e o macro, precisamente além da relação de tensão angustiante entre o micro e o macro.

A meu ver, pode-se pensar as práticas artesanais e assim, os cuidados, como economias de troca que se organizam a partir de sectores populares e oprimidos; que almejam a transformação social através da sua conscientização sobre os sistemas materiais e simbólicos que as oprimem; buscam a auto-determinação dos corpos e dos territórios; atendem ao primado do bem comum; e utilizam pedagogias a que chamamos de pele-com-pele ou a indisciplina das ternas reciprocidades.

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alicé-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Teresa Cunha é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do Gender Workshop. Coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: *Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial*; *Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste*; *Ensaio pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*; *Elas no Sul e no Norte*; *Vozes das Mulheres de Timor*; *Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem*; *Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor*; *Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação*.

Derrota de los débiles, condición de paz

AN Original

2021-09-12

Por Farit Rojas T.

Pacificar supone establecer la paz en los lugares y tiempos en los que antes habitaba la guerra.

La paz, entonces, supone un orden social deseado por las estructuras de poder que suceden a la guerra; por ello, como señalan Chantal Mouffe y Ernesto Laclau en el libro clásico *Hegemonía y Estrategia socialista*, “el orden social no puede ser concebido como un principio subyacente”, es decir no hay un origen en el que todo hubiera sido paz. La paz (y el orden social y político establecido) es algo que “sucede” y no así algo que “precede” a una situación de enfrentamiento.



Photo:Daniele Levis Pelusi

Una explicación detallada sobre este tema la llevó a cabo el filósofo francés Michel Foucault en su curso de 1976 llamado *Defender la sociedad*. En la primera lección Foucault llama a invertir el aforismo de Clausewitz (la guerra es la continuación de la política) y señalar que “la política es la continuación de la guerra por otros medios”. Dicho de otro modo: la guerra no culmina, continúa con el uso de una serie de mecanismos y formas de dominación institucionalizadas.

En este sentido, las relaciones de poder que pacifican tienen esencialmente por punto de anclaje una cierta relación de fuerza establecida en un momento dado, históricamente identificable en la guerra y por la guerra. Y la mantención de la paz supone simplemente un ejercicio de mantenimiento y prórroga de las relaciones de poder establecidas y concebidas en la guerra y por el enfrentamiento a través de distintos medios, generalmente institucionales de garantía del orden y de la soberanía. Podríamos decir que se instituyen procedimientos jurídicos para esta pacificación.

No es casual que el origen etimológico de paz no sea otro que pax entendido como acuerdo, pacto o tratado de armisticio, es decir aquello que sucede a la guerra. Por ello la denominada pax romana (situada entre el 27 a.C. y el 180 d.C.) fue el uso de la fuerza para “pacificar” las distintas provincias romanas frente a las vencidas fuerzas de resistencia.

Resulta interesante que, para Thomas Hobbes, en su libro clásico titulado *Leviatán*, lo único que puede detener la guerra sea un acuerdo, un armisticio que dé nacimiento al soberano-Estado. Esta prórroga de las relaciones de poder dominantes se visibiliza de manera clara cuando Hobbes considera que el Rey, quien encarna al Leviatán, es el depositario de toda la fuerza y la soberanía, es decir posee el monopolio de la violencia y las armas, además de que es irresponsable por sus actos.

La paz, en esta brevísima explicación, no sería otra cosa que aquel momento buscado por el más fuerte, para cancelar no la guerra, sino la ofensiva del más débil, generando una estrategia para prorrogar los efectos de la batalla final, haciendo reinar la paz como condición de la derrota efectiva de los débiles.

Farit Rojas T. es abogado y filósofo boliviano.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Seta
inscrita no Livro de Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A queda de Ícaro à brasileira

AN Original

2021-08-31

Por Rafael dos Santos da Silva

Quando Ícaro recebeu de seu pai Dédalo um par de asas presas em suas costas por ceras, ele pode experimentar a liberdade de voar. Porém bem sabia que não poderia voar próximo ao sol sob pena de ver derretidos seus sonhos. Contudo, sua ousadia o levou ao mais alto possível quando de repente o sol derreteu suas asas o fazendo precipitar sob o mar de Creta. O que chama mais atenção na pintura a óleo de 1558, é a vida cotidiana a seguir seu curso enquanto Ícaro agonizava. O camponês negociava sua lavoura, o pastor guiava seu rebanho, e o comércio mantinha seu curso. Era a vida que seguia, ainda que quase despercebida esteja um par de pernas a espernear em tentativas inglórias de salvação.



Fonte: Pieter Bruegel Oude.

Ao receber Asas, Ícaro não titubeou em sair de Creta, mesmo sabendo dos riscos. Fugir de um ambiente hostil, lançar-se à liberdade possível era a única saída. Para contextualizar a mitologia grega à brasileira é preciso regressar ao dia 9 de janeiro de 2004, quando foi instalado no Brasil o [Programa Bolsa Família – PBF](#). Tratava-se da maior distribuição de renda direta que colocou inicialmente 22 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema no orçamento público. Ao longo de 17 anos, o PBF atendeu a mais de 50 milhões de pessoas que, igual a Ícaro, ousaram voar alto com asas de ceras. Alguns desses empreenderam em pequenas economias, outros construíram condições para que seus filhos ficassem no ambiente escolar por mais tempo. Outros ainda evitaram a fome imediata, com isso a exposição à vulnerabilidade.

A pobreza pela primeira vez era enfrentada de forma organizada. De uma hora para outra, o país assistiu ao estabelecimento de um grande cinturão de proteção social capaz de garantir acesso a medicamentos, por meio das farmácias dos trabalhadores, ou alimentação direta com os restaurantes populares, ou ainda, a conquista da casa própria, por meio do programa Minha Casa Minha Vida. No plano da educação, não foi diferente. Uma massa composta pelos filhos(as) dos trabalhadores(as) acessou a universidade, inicialmente via financiamento às instituições privadas, mas depois pela expansão das [Instituições de Ensino Superior que já alcançam 296 unidades](#). Soma-se a isso a lei das cotas a garantir vagas especiais para pessoas historicamente prejudicadas pelo racismo estrutural. Em outras palavras, a periferia tomou o rumo do conhecimento, e nela o autor deste artigo, que assim como milhares de jovens se fizeram médicos, engenheiros e professores.

Ao todo, o processo de proteção social no Brasil evitou a pobreza a mais de 50 milhões de brasileiros. Isso significa que foram inseridos no sistema econômico, financeiro e de consumo aproximadamente cinco vezes a população de Portugal.

Contudo, as asas eram de cera, e ao se expor ao calor ultra liberal derreteram condenando milhares de pessoas à condição de pobreza extrema. Estas passaram a agonizar em meio a uma economia adoecida por um sistema político falido e um populismo criminoso praticado pelo atual governo federal na persona do seu chefe maior, que por sua vez não mede esforços para derreter as ceras das asas dos mais

vulnerabilizados. Dados oficiais registram que o mar pandêmico assiste solenemente a 19 milhões de pessoas expostos à agonia da fome. Para o IBGE, já são 14,8 milhões de pessoas desempregadas. 6 milhões estão desalentadas, ou seja, deixaram de procurar emprego, e a taxa de subutilização já alcança níveis alarmantes de 29%. Segundo o relatório Olhe para a Fome, um a cada dois brasileiros está exposto(a) à insegurança alimentar e 1,4 milhão de crianças têm negado o acesso à escola. Em outras palavras, estamos produzindo analfabetos, desempregados e famintos: eis a própria expressão da agonia que impunha a Ícaro a uma morte lenta, penosa e desassistida.

Por trás disso, há uma elite tacanha que financiou o golpe em 2016, atrelada a uma classe política mesquinha e sórdida. Juntos não cansam de tramar contra os pobres. Há 6 anos, uma sucessiva onda de ataques à democracia vem sendo alimentada. De forma resumida aponta-se para o congelamento dos gastos públicos em saúde e educação. Depois, a reforma trabalhista a eliminar direitos conquistados. Em seguida as privatizações estratégicas como o Petróleo e os Correios. Na prática, o Brasil está privatizando os lucros e socializando os prejuízos. Os preços do gás de cozinha e a da gasolina, que estão na base da economia moderna, impactam de forma decisiva a inflação que começa a dar sinais de resistência. Um pouco de *“plus ça change, plus c’est la même chose”*

Não obstante, mesmo a despeito da profunda crise ecológica, o agronegócio brasileiro não cansa de bater recordes. Sem nenhuma fiscalização estão transformando mata nativa em pasto. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são alvos de ataques físicos que muitas vezes lhes custam a vida. Nos grandes centros, famílias inteiras se apinham nas praças públicas por falta de um teto. Não é raro, camas e mesas amontoaram-se em espaços a recepcionar mais um sem teto que chega ali despejado por não ter conseguido pagar seu aluguel. A crise sanitária parece ser propositadamente prolongada pela simples ausência de planejamento. Falta vacina no braço e comida no prato.

Como consequência há nas ruas do Brasil uma verdadeira aversão aos pobres. Um jogo de ódio e culpa é acionada para fazer surgir entre nós o potente conceito de Adela Cortina chamado Aparofobia. Essa sim uma grande ameaça à democracia. Em um ambiente constituído pela aparofobia o ódio destilado a pessoa em situação de pobreza é de tal sorte que estes acabam sendo culpados pela própria condição. Uma narrativa política é desenhada para culpabilizar e potencializar uma verdadeira aversão aos pobres. O controle sobre os pobres é posto em curso para o identificar e estigmatizar. Isso ocorre ora como violência simbólica, ora romantizada por doações seguidas de self, ora canalizada pela violência institucional. Na prática, a pessoa em condição de pobreza extrema, é exposta a uma perversa dinâmica social da pobreza que, senão parada, irá conduzir o indivíduo a desfiliação do contrato social. Nesse instante, o Estado lança mão do seu modelo mais totalizador de opressão chamado sistema carcerário, destino que é do desfiliado(a). Os pobres são nesse limite produzidos, vigiados e punidos. Aqui a aparofobia ocorre como marca singular de uma sociedade colonial no método e patriarcal na técnica de reproduzir seus laços.

Hoje, o Ícaro cai todas as vezes que a fila do desemprego cresce. Quando falta comida na mesa, quando falta vacina no braço. Quando um jovem é encarcerado(a) ou quando uma defensora pública não consegue advogar sua dignidade. Nosso Ícaro cai quando uma mãe não consegue auxílio emergencial para livrar-se da violência doméstica. A queda de Ícaro ocorre quando o tráfico passa a ser a única opção de uma juventude dívida e incerta ou quando os milicianos comandam Fakes News dos palácios. Em outras palavras, a queda de Ícaro é legitimada como subproduto de escolhas políticas.

Portanto, destinar todo ódio secular, que aqui chamamos de aparofobia, não é outra coisa senão negligenciar as finas camadas de ceras das asas dos nossos "Ícaros" que quando derretidas impõe um profundo e penoso tombo condenando-os à morte enquanto a vida segue seu curso na distante cidade de Creta chamada Brasil.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sola
inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Patrimônio Biocultural e resistência anticolonialista: os Xukuru do Ororubá, no Nordeste brasileiro

AN Original

2021-08-16

Por Marina de Sá Costa Lima



Fonte: Iran Xukuru

Diante dos atuais colapsos mundiais decorrentes de um processo de colonização e dominação, especialmente pelas fronteiras agrícolas pós-revolução verde, a pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 (Covid-19) é uma das maiores tragédias socioambientais e vem gerando uma grave crise de abastecimento e soberania alimentar. Considerando ainda as mudanças climáticas entrelaçadas às crises humanitárias, mais um fator de peso necessita ser visibilizado: a perda e extinção de recursos fitogenéticos e de saberes de povos indígenas associados a esse patrimônio.

A reflexão crítica sobre patrimônios bioculturais pode se apoiar no reconhecimento dos povos indígenas enquanto valiosos detentores intelectuais da construção de conhecimentos, adaptações, reprodução social e ampliação da diversidade biológica como forma identitária de defesa do próprio território (Toledo e Barrera-Bassols, 2008; Boege, 2019). Nesse contexto, como inclusive trata o especialista Eckaut Boege, nos referimos à memória biocultural. Ao ser defendido consciente e politicamente pelo seu povo, a noção de proteção aos sábios e guardiões reconhecidos pelos demais atua como um dispositivo fundamental na garantia da preservação desse patrimônio biocultural no território. Assim, as áreas de manejo indígena, de práticas tradicionais de diversificação da flora, passam a ser visibilizadas como verdadeiros laboratórios à céu aberto.

Ao ter a participação em acordos como o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura – TIRFAA, em 2001 e o Protocolo de Nagoya, em 2020, o Brasil se compromete a apoiar estratégias de conservação *in situ* e *no farm*, um manejo de povos tradicionais e seus critérios culturais de seleção de uma alta diversidade de espécies e variedades que são constantemente cultivadas e inter cruzadas (Lima *et al.*, 2020). Essas iniciativas locais emergentes vêm servindo de base para planos coletivos de vida nesses territórios, constituindo um processo de resiliência biocultural, num mundo pós-Covid da era Antropocênica, ou melhor, do Capitaloceno.

No caso do nordeste do Brasil, como relatam a antropóloga Vânia Fialho e o historiador Edson Silva, apesar de uma histórica trajetória de expulsão e apropriação de terras de várias etnias, o Povo Semente, os Xukuru do Ororubá conseguiu que seu território fosse homologado em 2001, o Território Indígena Xukuru do Ororubá, que fica em elevações encadeadas, cobertas por Brejos de Altitude intercalados na caatinga, conhecidos como “Ilhas de Refúgio” de espécies vegetais e, localmente, por “Ilhas de Resistência” do povo Xukuru, no município de Pesqueira e parte em Poção, do Agreste pernambucano

(Fialho *et al.*, 2011; Medeiros e Cestaro, 2020).

Mas a homologação do seu território não significou o fim das violências coloniais contra o Povo Xukuru. Vários de seus integrantes foram assassinados, inclusive o Cacique Xikão Xukuru (uma grande liderança das retomadas de terras desde a Constituição de 1988) e o seu filho e atual Cacique Marcos Xukuru sofreu um atentado de fazendeiros, caso que culminou com a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, na indenização de US\$ 1 milhão à Associação Xukuru.



Após a dura Retomada do Território, Marcos ainda luta pela “Retomada das Urnas”, em pleno século XXI. Pois, para além da saga colonialista, o neocoronelismo também atua em Pesqueira contra o povo Xukuru. Por meio das oligarquias locais, que nunca saíram do poder, o Cacique Marcos Xukuru, que foi legitimamente eleito, encontra-se impossibilitado de assumir a Prefeitura de Pesqueira. Uma manobra das elites que relembra a obra da antropóloga Maria Auxiliadora Ferraz de Sá de 1974, “Dos Velhos aos Novos Coronéis”, onde ela ressalta a atualidade das redefinições do coronelismo.

Noutra perspectiva, um traço marcante na trajetória dessas resistências pela terra do Povo Xukuru, trata-se da interrelação com o “Sagrado”, em rituais em reverência à Cultura dos Encantados, da Natureza Sagrada, em celebrações, rituais e toré como forma de reforçar o processo identitário na luta do povo. Para eles, a Natureza dos Encantados está presente em cada ser, nas plantas, nas águas e serras. Uma cosmovisão específica que relaciona “povo” diretamente às “sementes”. Nas narrativas do povo Xukuru, Iran Xukuru, coordenador da Casa de Sementes Mãe Zenilda, do Centro da Agricultura Xukuru do Ororubá (CAXO), diz que “Para cada índio morto e plantado, diversas sementes vão germinar” e “não é a pessoa quem guarda a semente, é a semente quem guarda a pessoa”.

Já o canto da curandeira Bella “cada semente tem seu dono”, “Vamos unir as forças do Ororubá”, evidencia a interrelação das forças da natureza e do povo que constituem os “Encantados”. A força clamada para continuar a caminhada é regida pelos “Encantados da natureza” numa clara demonstração de que as organizações socioculturais funcionam numa articulação de cunho político e espiritual no Território Indígena.

Assim, para além da luta pela terra, há várias ações na busca por uma autonomia baseada na educação, com ênfase nos saberes ancestrais, especialmente os conhecimentos acerca da biodiversidade, nas práticas de cura e cuidados, nos sistemas agrícolas tradicionais. Se na década de 1980, Xikão Xukuru já visualizava um grande Centro de Cura e práticas indígenas no território, relatados por outros como um “hospital” de tradição Xukuru, hoje as diversas organizações sociopolíticas desse povo disputam um processo continuado de valorização às “origens”, aos saberes dos antigos que se modificam e permanecem. Uma visão e atuação de forte peso anticolonialista, na medida em que os sábios e guardiões de sementes passam a ser reconhecidos e valorizados, como estratégia de descolonizar o saber empírico (popular, tradicional) e acadêmico. Como diria o sociólogo Boaventura de Souza Santos, uma verdadeira busca por justiça cognitiva.

Essa articulação é uma missão particularmente difícil, devido em parte à três aspectos: primeiro, ainda é relativamente recente a última fase da descolonização no Brasil (1961-1975), as feridas coloniais ainda não estancaram “*as veias abertas da América Latina*”; segundo, permanecemos um país de *habitus*, cultura essencialmente escravocrata; e terceiro, a ciência hegemônica ainda adquire muito de seu poder na apropriação de conhecimentos e práticas de povos tradicionais associados aos recursos biológicos de seus territórios.



Fonte: Marina Costa Lima

A justiça cognitiva, preconizada por Santos (2010), envolve a reivindicação política dos povos colonizados, como base para a resistência epistemológica. No reconhecimento da diversidade cultural e epistemológica, faz-se necessário reorganizar valorizando os saberes e cosmovisões tidos como subalternos pelo colonialismo. O papel da ciência está em considerar, visibilizar e reconhecer explicitamente as diferentes contribuições culturais, essencial na construção do conhecimento num mundo anticolonialista.

O reconhecimento dos bancos de germoplasma *in situ* e *on farm*, como patrimônio genético e cultural mantido pelos Xukuru do Ororubá, poderá contribuir para estratégias de conservação mais efetivas e a soberania alimentar no território indígena (Emperaire 2005; Lima *et al.*, 2020). A garantia de permanência desses valiosos sistemas agrícolas tradicionais e seus guardiões, ainda invisibilizados, é urgente tendo em vista a acelerada perda desses saberes e variedades, decorrentes de uma crise global humanitária e ambiental.

Marina de Sá Costa Lima. Etnobotânica. Bacharel em Ciências Biológicas pela UFPE (2005), Mestre em Biologia Vegetal pela UFPE (2008) e Doutora em Engenharia Agrícola, na UNICAMP (2018). Atualmente faz Pós Doutorado pelo PRODEMA/UFPE. Tem experiência na área de Etnobotânica e Botânica Aplicada, Agroecologia e Extensão Rural e Patrimônio Biocultural.

Referências Bibliográficas

- BOEGE, E. El diálogo de saberes y un marco para otros modos de hacer etnografía. *Antropología Americana*, v. 4, n. 7, p. 37-54, 2019.
- EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. In: CUNHA, M.C. (Org.) *Patrimônio imaterial e biodiversidade*. Revista do Patrimônio, n. 32, 2005.
- FIALHO, V. et al. *Plantaram Xicão: Os Xukuru do Ororubá e a Criminalização do direito ao território*. Manaus: PNCSAUEA/UEA Edições, 2011, 199 p.
- LIMA, M.S.C. et al. Retomada da Agricultura Xukuru do Ororubá: Patrimônio Genético, Cultural e Sagrado no Território Indígena, no semiárido nordestino. Projeto de Pós Doutorado, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: PRODEMA/UFPE, 2020.
- MEDEIROS, J.F.; CESTARO, L.A. As diferentes abordagens utilizadas para definir brejos de altitude, áreas de exceção do nordeste brasileiro. *Sociedade e Território*, v. 31, n. 2, p. 97-119, 2020.
- SÁ, M.A.F.de. Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo. Recife: UFPE, 1974, 137p.
- SANTOS, B.S. *Justicia entre Saberes. Epistemologías del Sur contra el epistemicidio*. Madri: Ediciones Morata, 2017.
- TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: ICARIA Editorial, 232 p., 2008.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



**Organização
dos Monumentos
Materiais e Culturais
Mundial em 2012**



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

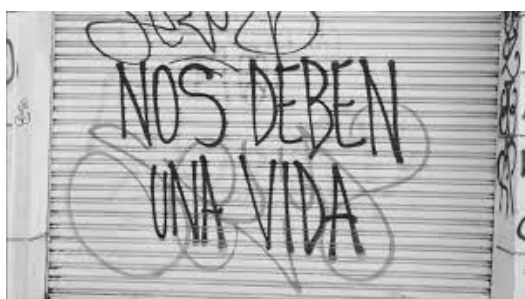
¿Quién le debe a quién?

Manifiesto de desobediencia financiera

AN Original

2021-08-12

Por Silvia Federici, Verónica Gago, Luci Cavallero



1.

La pandemia ha acelerado la crisis planetaria. La amenaza a la vida se expande, evidenciando políticas destructivas que llevan muchos años. Sin embargo, queremos señalar que hoy es la deuda la verdadera plaga que afecta a millones de personas en todo el mundo, y en especial a las mujeres, lesbianas, travestis y trans.

La deuda expresa un momento de gran concentración del capital y de su salto hacia adelante. Aun en la pandemia, en medio de la suspensión de la mayoría de las actividades, el capital financiero no se detuvo. El endeudamiento de mujeres que ya se venía observando durante los últimos años, se diversificó e incrementó frente a la emergencia de Covid19, ya que las deudas “no bancarias” por alimentos, medicamentos, alquileres, y servicios de luz, agua, gas y acceso a conectividad crecieron a ritmo acelerado, lo cual se hace aún más fuerte en los hogares monomarentales, con mujeres a cargo de niños, convirtiendo al endeudamiento en otra de las formas de intensificación de las desigualdades de género.

El capitalismo hoy busca, como lo ha hecho desde sus inicios, producir nuevos cercamientos sobre la comida y la salud y empresas como Amazon están dispuestas a cerrar el cerco, abalanzándose sobre los circuitos de distribución, de logística y de datos. A esto se suma la máquina financiera sobre el suelo y las viviendas: el aumento del costo de los alquileres va en paralelo a una valorización urbana empujada por dinámicas expulsivas gracias a la especulación inmobiliaria. No sólo el costo de un alquiler se vuelve equivalente a un salario (en el caso de tenerlo), sino que con la pandemia tomar deuda para pagar el alquiler se ha convertido en una forma de “salvataje” para evitar momentáneamente los desalojos.

2.

La deuda funciona como la máquina más grande de acumulación de riqueza para el capitalismo actual y, simultáneamente, en una forma de control social. La deuda es una herramienta política del capital para explotar y confiscar lo que se conquista y se gana con las luchas y determinar el tiempo futuro. Queremos decir que la financiarización no es un proceso que se despliega en sí mismo, sino que responde, lee y captura un deseo de autonomía que las mujeres expresaron en los distintos ciclos de lucha. Así, la invasión de las finanzas en la reproducción que se dirige especialmente a economías feminizadas responde a la disputa feminista por el reconocimiento de tareas históricamente devaluadas, mal pagas e invisibilizadas y a un deseo de autonomía económica.

De esta manera, el endeudamiento masivo de los últimos años, especialmente dirigido a mujeres, es una respuesta a un protagonismo político feminista en los distintos ámbitos laborales, sindicales y territoriales y un modo particular de moralización que busca limitar y contener el desafío hacia los mandatos de género en las tareas de reproducción social y a la responsabilización familiar para asumir los costos de la crisis. En esta línea deben leerse las propuestas de convertir a las jefas de hogar, a las trabajadoras precarizadas y a las desempleadas en “empresarias de sí mismas” y/o emprendedoras a través del endeudamiento. Y, para otro sector social, lo que vemos son propuestas de endeudamiento con “banca de mujeres”, una línea que algunos bancos identifican como traducción del “deseo” femenino en deseo de crédito. Las mujeres entendidas como “naturales” emprendedoras, deudoras responsables y consumidoras compulsivas (según segmentaciones de clase) aparecen así codificadas por la lengua de las finanzas.

Durante la pandemia, el incremento del trabajo de reproducción ha sido brutal: desde hacerse cargo de la escolaridad de lxs niñxs al interior de los hogares hasta los cuidados pasando por mayores exigencias de limpieza y teletrabajo. Ese incremento del trabajo reproductivo, paradójicamente, ha generado más deuda. El trabajo no reconocido en los hogares se traduce en una desigualdad de ingresos que, a la vez, se transforma en engranaje de endeudamiento. Es esta situación de endeudamiento compulsivo y reiterado, además, la que produce una relación directa con el crecimiento de las economías ilegales como oferentes de empleo en situaciones de alta vulnerabilidad e incremento de las violencias.

3.

Llamamos a este proceso *colonización financiera* de la reproducción social, ya que sitúa como territorio de conquista a las poblaciones más empobrecidas y precarizadas y las hace dependientes de la deuda para su economía cotidiana. Cuando la relación de deuda se derrama hacia abajo, se difunden los efectos de la deuda tomada por los Estados a modo de cascada. Es decir, los despojos y privatizaciones a los que obliga el endeudamiento estatal se traducen como endeudamiento compulsivo hacia los sectores subalternos, que pasan a acceder a bienes y servicios a través de la mediación de la deuda. Esto tiene el efecto, tanto de modificar la relación entre ingreso y deuda, como también entre deuda y acceso a derechos. El propósito es convertir la vida en una suma de deudas: la que pagamos en nuestros países y la que pagamos personalmente.

El capital -y las ofensivas patronales y financieras en las que se expresa- busca aprovechar la situación de crisis para reconfigurar las formas de trabajo, los modos de consumo, los parámetros de ingreso y las relaciones sexo-genéricas. Más concretamente, podemos pensar que estamos ante una reestructuración de las relaciones de clase que toma como escena principal el ámbito de la reproducción social. Esto incluye a los hogares pero también a los trabajos reproductivos que se hacen más allá de los muros de la vivienda.

4.

Si, como mencionábamos anteriormente, el endeudamiento es una respuesta a una secuencia específica de luchas, lo es también como mecanismo de explotación del trabajo y de extracción de tiempo de vida. Podemos hablar de un “extractivismo financiero” en la medida que, ampliando la noción de extractivismo, queremos evidenciar las formas de extracción de valor que practica la deuda ya sin necesitar de la mediación salarial, pero operando sobre las formas múltiples y heterogéneas de la fuerza de trabajo contemporánea. Pero queremos además visibilizar de modo concreto de qué tiempo y de qué trabajos se nutre la deuda. Quiénes son las que se endeudan y qué mandatos de género refuerza la obligación financiera. No es casual, creemos, que es desde el movimiento feminista que se vienen impulsando acciones contra la deuda. Hay ahí una batalla por la reapropiación y liberación del tiempo para nosotras contra la extracción financiera y la desvalorización de los trabajos feminizados.

5.

Es necesario decir ¡ya basta! Frente a la riqueza desmedida, tenemos que poner fin a las nuevas formas de esclavitud por deuda. A la servidumbre involuntaria a la que somete el capital financiero. La obligación de la deuda, el mandato que hace que no nos quede otra opción que endeudarnos para vivir, demuestra que la deuda funciona como herramienta productiva. Nos pone a trabajar. Nos obliga a trabajar más. Nos lleva a tener que vender nuestro tiempo y esfuerzo a futuro. Tiene la utopía de que paguemos hasta morir. Quiere comandar nuestro esfuerzo por décadas y a prolongarse por generaciones. Deudas para toda la vida. Alimentadas como obligación gracias al sentimiento de culpa que nos habla de nuestra responsabilidad como deudoras, de nuestro fracaso como emprendedoras, de nuestras cargas como cuidadoras, de nuestras exigencias frente a la falta de servicios públicos, vampiriza nuestra energía vital.

6.

Existe una historia de movimientos contra la deuda. Hay un archivo práctico del no-pago. Cuando decimos que vivas, libres y desendeudadas nos queremos, cuando decimos que no debemos, no pagamos, cuando decimos strike debt! (huelga a la deuda), cuando decimos que somos nosotras contra la deuda, hacemos voz colectiva de un reclamo y de una desobediencia.

En este libro, “¿Quién le debe a quién? Ensayos transnacionales de desobediencia financiera”, que es también un libro-manifiesto, reunimos experiencias que analizan, problematizan y activan contra el endeudamiento, inventando formas de visibilizar y confrontar la obligación financiera.

Son maneras prácticas de investigar la deuda y de declararla ilegítima. Empezamos entonces por invertir la cuestión y dar vuelta la pregunta: ¿quién le debe a quién? Hay que presentarles la cuenta de lo que ellos deben. La cuenta de lo que no han pagado históricamente.

Silvia Federici. Escritora, profesora y activista feminista . Publicó libros fundamentales para el activismo feminista como: “Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria” (Tinta Limón 2011) y “Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas”. (Tinta Limón 2018)

Verónica Gago. Docente e investigadora. También militante feminista y miembro del colectivo Ni Una Menos. Forma parte de la editorial independiente Tinta Limón. Es autora de “La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo” (Tinta Limón 2019)

Lucia Cavallero. Docente, investigadora y militante feminista. Es co-autora de “Una lectura feminista de la deuda” (Fundación Rosa Luxemburgo 2019)



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Um Brasil para americano ler

AN Original

2021-08-07

Por Nadejda Marques



Deu no *New York Times* é uma expressão bastante conhecida no Brasil para dizer que uma notícia deve ser importante ou verdadeira.

Já foi comemorada quando a ditadura empresarial militar censurava a imprensa nacional e o jornal era uma das poucas fontes de informação independente do regime vigente. Já virou título de filme e de livro! Muito utilizada pela oposição ao governo Lula em referência a artigos polêmicos que consagraram o correspondente daquele jornal, a expressão

revela duas questões interessantes. A primeira é a importância que os brasileiros dão à percepção do país por estrangeiros e, conseqüentemente, ao teor das notícias que jornais estrangeiros, sobretudo os americanos, publicam a respeito do país. A segunda questão está diretamente relacionada à influência que os americanos exercem sobre a política, a economia e até mesmo a cultura brasileira. O NYT, no seu papel de propagador da hegemonia cultural americana, ainda trivializa a sociedade e a política brasileira frequentemente abordando o país de uma condição de subserviência e inferioridade em relação aos Estados Unidos. Penso que essa seria uma das causas do nosso famoso complexo vira-lata pois, uma vez publicada no que se considera um dos jornais mais influentes do mundo, a matéria passa a repercutir nacionalmente. Lembrando que o conteúdo do jornal está mais disponível não somente através da versão online (desde 1996) mas também porque agora é possível obter versão dos principais artigos e opinião do jornal em português. A matéria adquire “vida própria” formando e conduzindo a opinião pública brasileira, pressionando ou não governos, abalando nosso brio.

Ainda não existe um instrumento amplamente disponível que proporcione a análise e acompanhamento em tempo real do que os veículos da imprensa internacional publicam sobre o Brasil. Muito menos que questionem suas fontes ou chequem os dados publicados. Mesmo assim, através de uma pesquisa rudimentar usando ferramentas de busca da internet nos sites dos principais veículos da imprensa americana, encontramos que o número total de matérias publicadas pelo *New York Times* sobre o Brasil tem subido modestamente nos últimos anos. Passou de cerca de 1.200 matérias no período de doze meses, de julho de 2017 à julho 2018, à 1.443 artigos e matérias nos últimos doze meses, de julho de 2020 a julho de 2021. A título de comparação, o *The Washington Post* publicou cerca de 1.135 matérias no mesmo período de julho de 2020 a julho de 2021. O número de artigos no NYT sobre o Brasil não parece baixo se comparado aos 525 artigos sobre a Argentina que o NYT publicou no mesmo período ou, ainda, aos 755 artigos em que Cuba foi citada. Dos artigos publicados pelo jornal a maioria fazia parte do caderno mundo (World), 285 artigos. No caderno de Esportes foram publicados 106 artigos, 98 saíram na seção Opinião, 81 em Negócios (Business), 69 no caderno de Saúde, 29 na seção de Clima (Climate), 75 foram tratados na seção de Artes e 32 foram publicados na revista do jornal. Os demais artigos foram publicados na seção nacional (U.S.) e em informações gerais (Briefing).

Certamente, por ser o ano em curso um ano de pandemia e olimpíadas, é possível que o número e natureza das matérias estejam mais condicionados a essas temáticas. Apesar disso, somos, aguçados pela curiosidade, levados a indagar como são escolhidas as matérias que são publicadas, quando são publicadas, o destaque que recebem e por quê? Nesse sentido, com base também em observações empíricas, vale reconhecer que a maioria dos correspondentes no Brasil são homens brancos que geralmente não passam mais de quatro anos no país como forma de garantir uma redação fiel à perspectiva estrangeira. Obviamente, há exceções importantes de correspondentes que acabam optando por permanecer no Brasil por tempo indefinido, alguns por mais de 25 anos! Devido a alta rotatividade entre um grupo não muito diverso e as pressões de tempo e originalidade, muitos desses correspondentes tendem a se basear em fontes “seguras”, isto é, autoridades, analistas renomados e, muitas vezes, outros estrangeiros ou pessoas que falem inglês com desenvoltura. Essas pessoas passam a ser o contato principal desse correspondente no país, respondendo sobre uma variedade de assuntos que, às vezes, extrapolam o campo de sua especialidade. Esses especialistas sempre dispostos a dar entrevista, fluentes em inglês, treinados em frases de efeito que sintetizam um pensamento ou opinião se tornam o barômetro dos jornais. Isso é facilmente verificável. Basta que se cheque a fonte citada por esses jornais. Não é mera coincidência que pessoas como Carlos Cawal, do Citigroup, ou Bolívar Lamounier, representante da Stanley Morgan, tenham sido fontes quase obrigatórias das matérias sobre a economia no Brasil antes e durante o primeiro governo do PT. Sem querer desmerecer a contribuição

que esses especialistas do setor financeiro prestam ao auxiliar a mídia, gostaria de chamar a atenção para o fato de que a falta de interação com outros analistas e de outros setores funciona como um filtro das informações que chegam aos correspondentes e, por meio deles, aos seus leitores.

A edição das matérias e a escolha dos temas abordados, muitas vezes, reflete a complexidade dos acontecimentos mundiais. Apesar do aumento recente do número de artigos sobre o Brasil, de maneira geral, observa-se que efetivamente, após a guerra do Iraque, caiu significativamente a cobertura sobre os países latinoamericanos na imprensa americana. Os recursos humanos e financeiros dos órgãos de imprensa são direcionados para uma região e aos assuntos que teoricamente interessam aos seus leitores. Ao que parece, a América Latina é um dos lugares menos importantes para os americanos hoje em dia. A presença de correspondentes estrangeiros no Brasil, por si só, não significa maior cobertura pois, muitas vezes, eles são responsáveis por regiões inteiras e são, de fato, correspondentes para toda a América do Sul. Como resultado, matérias sobre o Paraguai competem com as matérias sobre o Brasil ou o Chile.

Além disso, em tempos de crise mundial como a vivida pela pandemia do Covid-19, existe uma carência por matérias mais amenas, ou como dizemos no Brasil, mais *light*. Assim, análises mais profundas sobre problemáticas sociais complexas dão lugar ao exótico, ao que permite um contraste cultural com a cultura norte-americana. Se por um lado esse tipo de matéria pode ser fundamental para sedimentar uma expressão ou mesmo a identidade cultural de uma nação, por outro lado, é mais suscetível a vieses e estereótipos. Também é fato conhecido que a decisão sobre a publicação de uma matéria não é do jornalista mas dos editores do jornal. No processo jornalístico, o editor também é o curador que atende aos interesses da empresa seja no âmbito comercial, econômico, político ou social. Ou seja, não se pode perder o foco de que as matérias publicadas são, sobretudo, para atender aos seletos leitores americanos e responder às necessidades comerciais da empresa que, desde o início do século, sofre queda de circulação e forte concorrência da mídia virtual (e social). Mas, felizmente, esse público americano também tem uma evolução histórica. Embora, ainda, dois terços de sua audiência (cerca de 71%) seja composta por pessoas brancas, não existe mais uma discrepância significativa por gênero entre seus leitores (51% homens e 49% mulheres). 63% deles têm até 50 anos e 91% se identificam como democratas. Se seguirem as tendências políticas mais progressistas entre a população americana em geral, e, particularmente, entre os jovens, quem sabe o Brasil que interessará aos seus leitores será um Brasil mais justo e democrático. Um Brasil melhor para os brasileiros também será um Brasil para americano ler.

Nadejda Marques investiga na Universidade de Coimbra - CES os Efeitos das Políticas de Saúde Pública para combater o COVID-19 em Migrantes e Refugiados da União Europeia. Este projeto é parceiro da Rede Covid-19 Humanidades da UFRGS que tem como objetivo produzir conhecimentos que permitam compreender os impactos da pandemia no Brasil. Nadejda Marques é PhD em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) e trabalha com direitos humanos há mais de duas décadas. Ela é autora de *Nevertheless, They Persist: how women survive, resist and engage to succeed in Silicon Valley* (2018) sobre a história do sexismo e a dinâmica de gênero atual no Vale do Silício; e co-autora do livro *The Cost of Inaction: Case Studies de Ruanda e Angola* (2012) que apresenta e implementa a metodologia de Amartya Sen para contabilizar as consequências e estimar os custos de uma falha na seleção de ações apropriadas para responder às necessidades das crianças e suas famílias. Marques escreveu sobre uma variedade de tópicos, incluindo reassentamento de refugiados, deslocados internos e ex-combatentes em Angola, saúde pública na África Subsaariana, o tráfico de pessoas na Europa e serviços de saúde escolar nos Estados Unidos. Marques trabalhou como pesquisadora em Angola para a Human Rights Watch e como consultora para os principais centros de direitos humanos em Angola e no Brasil. Ela trabalhou como correspondente especial para o Washington Post na América Latina e lecionou e/ou trabalhou em Harvard, Bentley College, Universidade de Massachusetts, Stanford e na Universidade do Colorado em Boulder. Marques é fluente em inglês, português e espanhol.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
dos Estados Unidos
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Seta
inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

La pandemia, el dinosaurio y un futuro incierto

AN Original

2021-07-21

Por Lourdes Montero

Nuestra región se encuentra bajo fuego. Desde Haití hasta Chile podemos dibujar un mapa de focos de calor de diversa intensidad que nos hablan del descontento social en tiempos de pandemia y de la debilidad institucional de los Estados para enfrentar la crisis.



En la década pasada, la región era ejemplo de estabilidad macroeconómica, crecimiento y relativa firmeza democrática, en parte resultado del súper ciclo de las *commodities*. El mito de los países de renta media inundó las narrativas que veían en América Latina historias de éxito. Las modernas clases medias de las urbes latinoamericanas se lanzaron al consumo de electrodomésticos chinos y *fast fashion*, distraídos con la ilusión de igualdad que proveía las redes sociales. Un ilusorio “ascenso social” no nos permitía detenernos a discutir temas centrales como la calidad educativa o el acceso a un sistema de salud.

Pero despertamos y el dinosaurio todavía estaba allí. La desigualdad histórica de la región se muestra persistentemente sólida, y la extrema vulnerabilidad de las clases medias amenaza con devolvernos a la pobreza cualquier momento. Un modelo económico basado en la extracción de recursos naturales con daños medioambientales y la provisión de mano de obra barata muestra sus límites, y alimenta una creciente desconfianza de la ciudadanía, particularmente de la juventud, hacia las instituciones del Estado y la democracia.

Y los titulares de los periódicos nos sacuden con hechos que parecen pertenecer a los oscuros tiempos del pasado. En Nicaragua, Ortega lleva 14 años al frente del país, y en noviembre buscará su cuarto mandato consecutivo. Para evitar cualquier interferencia en sus planes, llevó adelante detenciones de una docena de dirigentes, entre ellos varios precandidatos presidenciales, acusados de lavado de dinero y por “incitar a la injerencia extranjera en los asuntos internos”. Triste final para el legado de la revolución sandinista.

Volteamos la página para encontrar en El Salvador un mesías tropical que, arropado por su populismo, impone la destitución de los magistrados de la Sala Constitucional de la Suprema Corte de Justicia y el cese del fiscal general, vulnerando de un plumazo la división de poderes. Ante las críticas internacionales, cierra la conversación con un tuit: «El pueblo no nos mandó a negociar. Se van. Todos». Y con los niveles de migración de su país, tal parece que los ciudadanos le están tomando la palabra.

Haití nos deja sin habla. Su presidente murió hace poco en un ataque armado contra su residencia privada. Lo ocurrido amenaza con desestabilizar aún más un país que enfrenta desde hace años múltiples crisis, una pobreza crónica y recurrentes desastres naturales. Similar incertidumbre afronta Brasil frente a la posibilidad de un *impeachment* a su presidente, acusado de 23 delitos relacionados con su gestión de la pandemia, que ya mató a más de 520.000 personas.

Y al igual que en Brasil, las y los ciudadanos colombianos inundan las calles en protesta contra su gobierno, que no duda en reprimir. La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) publicó un duro informe donde denuncia «el uso desproporcionado de la fuerza, la violencia basada en género, la violencia étnico-racial, la violencia contra periodistas y contra misiones médicas, irregularidades en los traslados por protección, y denuncias de desaparición (...)».

Entre tanto, Perú nos mantuvo en vilo más de cuarenta días desde su segunda vuelta de las elecciones presidenciales, pues se presentaron cerca de mil pedidos de nulidad que retrasaron hasta este lunes la proclamación del presidente electo, el profesor Pedro Castillo. Y mientras el Jurado Nacional de Elecciones (JNE) resolvía las apelaciones a las actas de proclamación, el Congreso apuraba la elección de los magistrados al Tribunal Constitucional (TC) para cercar al vencedor de las elecciones, quien tendrá muy difícil avanzar en los cambios prometidos.

Todos estos escenarios de conflicto tienen algo más que proximidad geográfica. Los analistas coinciden en describir una región que enfrenta una espiral de crisis con problemas irresueltos. La pandemia, sumada a la crisis económica, hacen más evidentes en la región la desigualdad, la violencia, la brutalidad policial/militar, la falta de infraestructura, la inoperancia de los gobiernos, las brechas en el acceso a la educación y la salud y el desprestigio de la política.

La pandemia nos puso de frente al dinosaurio y ninguna vacuna nos podrá resolver un futuro que se vislumbra cada vez más incierto.

Lourdes Montero es cientista social boliviana.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

¡Cuba necesita que levanten el bloqueo ahora!

CubaInformacion

2021-07-19

Comité Internacional: Paz, Justicia y Dignidad a los Pueblos.- De forma oportunista y perversa se intenta desde las redes sociales y espacios digitales llamar veladamente a la «intervención humanitaria a Cuba» bajo el supuesto de dar respuesta a la falta de medicamentos e insumos para enfrentar el aumento de los casos positivos en la isla, y en particular, en ciudades como Matanzas seriamente afectada por la COVID-19.



Los lobos disfrazados de corderos están inundando las redes con llamados alarmistas, pero no dicen una sola palabra sobre lo que más alarma debiera despertar: el bloqueo de EEUU, responsable de los padecimientos que está atravesando Cuba en medio de la pandemia.

No piden que se levante una sola de las 243 medidas para asfixiar la economía cubana aplicadas por Trump, que mantiene intactas la actual administración Biden, a pesar de la condena mundial al bloqueo expresado por 184 naciones vs 2, EE.UU e Israel.

El llamado a la intervención humanitaria a Cuba nos recuerda el mismo guión de brutal acoso contra Venezuela Bolivariana, cuyo libreto siempre se fabrica made in USA.

Ofende a esta altura de la vida con todo lo que ha dado y demostrado la enorme solidaridad de Cuba hacia el mundo y del mundo hacia Cuba, que se intente imponer el falso relato de que el gobierno cubano rechaza la ayuda solidaria.

Para muestra ahí están las más de 5 millones de jeringuillas enviadas por asociaciones de cubanos emigrados y el Movimiento de Solidaridad con Cuba desde América Latina y El Caribe.

A ellas se han sumado los envíos de diversos insumos médicos y aportes financieros realizados desde Alemania, Australia, Cabo Verde, Canadá, China, Dinamarca, Estado Español, Francia, Japón, Reino Unido, Sudáfrica, Vietnam y los que se preparan desde Italia y Estados Unidos.

Cuba jamás dejó a nadie abandonado, su gobierno revolucionario trabaja heroicamente en medio de las peores condiciones económicas impuestas por las dos pandemias: la del bloqueo y la de la Covid-19 para preservar la vida de su pueblo.

Ha logrado la proeza de ser el primer país de América Latina en crear sus propias vacunas que inmunizarán a toda la población.

EL CECMED, Autoridad Reguladora de Medicamentos, Equipos y Diagnósticos Médicos de Cuba, autorizó el uso de emergencia de la vacuna cubana Abdala, cuya altísima eficacia de un 92,28% en calidad y seguridad, la ubica en el tercer lugar de importancia de vacunas contra Covid-19 en el mundo.

Soberana 02 y Soberana Plus alcanzan un 91,2% de eficacia, ubicándose en el 5to lugar.

El odio de los mismos que piden «corredor humanitario» se desata también contra las vacunas cubanas con una campaña de descrédito en redes sociales y espacios mediáticos.

Alertamos a los amigos de Cuba en el mundo, a los hombres y mujeres de buena voluntad, a los intelectuales y artistas sobre esta nueva campaña tan oportunista como despreciable.

Si ustedes radican en EEUU y quieren enviar jeringas al pueblo de Cuba les sugerimos que contacten con los numerosos grupos que trabajan contra el bloqueo: Puentes de Amor, NEMO, Codepink-WomenforPeace, Pastores por la Paz, NOC, Comité

Internacional y otras entidades que piden el fin del bloqueo y apoyan la vacunación contra la Covid-19 en la isla.

«Cubanoamericanos, estadounidenses y personas de todo el mundo, contribuyamos, podemos ayudar a la familia cubana enviándole estos y otros suministros médicos que necesitan.

Su aporte, grande o pequeño servirá, pues con una donación de 10 dólares se compran y envían 300 jeringuillas, con 100 dólares se adquieren 3 mil, nuestra meta es conseguir 100 mil dólares para enviar tres millones de jeringas', señala una nota enviada por Carlos Lazo, de la organización Puentes de Amor».

Quienes deseen contribuir deben hacerlo a través de algunas de las numerosas vías existentes las cuales les compartimos:

PARA TRANSFERIR AYUDA FINANCIERA A CUBA

- Cuenta Donativos de Emergencia: 0300000005336242
- Banco Financiero Internacional
- Código Swift: BFICCUHHXXX

Desde el próximo lunes estará disponible la dirección electrónica donacionescuba@mincex.gob.cu, a través de la cual los interesados también pueden dirigirse para recibir orientación o esclarecimiento de dudas.

EEUU

Codepink Woman for Peace: <https://www.codepink.org/syringes4cuba>

ARGENTINA

Unión de Cubanos Residentes en Argentina (URCA) y Movimiento Argentino de Solidaridad con Cuba (MasCuba en Facebook).

ITALIA

Asociación de Amistad Italia-Cuba, <https://www.facebook.com/associazione.italiacuba/>, correo: amicuba@italiacuba.it

FRANCIA

Asociación Cuba Linda y France Cuba: www.cuba-linda.com y @AssoCubaLinda

CUBA

- Organizaciones de masas como la UJC, FMC, CDR, y ONG como el Centro Martin Luther King de La Habana y diversas iglesias reciben donaciones para ayudar en esta contingencia. Para contactar con el Centro Martin Luther King escribir a direccion@cmlk.co.cu
- Tel: (537) 2603940 y (537) 2609731

El Comité Internacional con sede en La Habana entregó esta mañana al Poder Popular de Matanzas un donativo de mascarillas, barbijos (nasobucos) y artículos de aseo.

Llamamos a los amigos de Cuba, al enorme Movimiento de Solidaridad en el mundo, a abrazar a Cuba y su gobierno revolucionario y exigir por todas las vías posibles al gobierno de EEUU el levantamiento de las sanciones y el fin del boqueo genocida.

Recordemos más que nunca en estas horas, las palabras de Fidel en la sesión inaugural de la Segunda Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en Madrid, hace 29 años, el 23 de julio de 1992. Evocando al Héroe Nacional José Martí, el Comandante en Jefe expresó: «Cuba no anda de pedigüeña por el mundo: anda de hermana, y obra con la autoridad de tal. Al salvarse, salva. Nuestra América no le fallará, porque ella no falla a América».

¡Lo que Cuba necesita es que EEUU levante el bloqueo ahora!

Comité Internacional Paz, Justicia y Dignidad a los Pueblos

10 de julio de 2021

CONTENIDO ORIGINAL POR **CUBAINFORMACION**



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas
para a Educação,
Ciência e Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Insua no Livro do Placemto
Mandado em 1290



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.